

AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS NO HAITI: IMPRESSÕES SOB AS PERSPECTIVAS ESTRATÉGICA E OPERACIONAL

General de Divisão Fernando Rodrigues Goulart

O General de Divisão Goulart é o Vice-Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Foi declarado aspirante a oficial de Infantaria pela Academia Militar das Agulhas Negras em 1980. Doutor em ciências militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com especialização na Academia de Comando das Forças Armadas da Alemanha, comandou o 62º Batalhão de Infantaria (Joinville, SC). Esteve a serviço da ONU em Moçambique, no Nepal e em Nova Iorque. Como oficial-general, comandou a 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, a Força de Paz das Nações Unidas na MINUSTAH (Haiti) e a 6ª Divisão de Exército. Foi Subchefe do COTER e Chefe do Centro de Coordenação de Operações do CMS (frgoulart@hotmail.com).



A participação militar brasileira no processo de estabilização no Haiti foi peculiar em vários aspectos, alguns dos quais marcantes para a evolução do Brasil no tocante às operações de manutenção da paz e para a projeção do país como parceiro relevante da Organização das Nações Unidas (ONU) na preservação da paz e da segurança internacionais.

O primeiro aspecto singular que destaca foi o cumprimento de uma missão sob amparo do capítulo 7 da Carta das Nações Unidas, evocado na Resolução 1542, de 30 de abril de 2004, por meio da qual o Conselho de Segurança (CS) da ONU criou a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti - MINUSTAH*, sigla em francês). Ao referir-se ao dispositivo da carta que regula as ações relativas às ameaças à paz e aos atos de agressão, o CS/ONU sinalizou para a necessidade de a missão empregar a força além da autodefesa, de modo que as tarefas de interromper a violência que reinava no país caribenho e de lograr sua estabilização pudessem ser cumpridas.

Outra peculiaridade foi o fato de o Comandante da Força de Paz (*Force Commander*) ter sido sempre um oficial-general brasileiro. Foi uma situação excepcional, pois a regra do Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (*Department of Peacekeeping Operations - DPKO*, sigla em inglês) é que os países contribuintes com os maiores contingentes de tropa de uma missão de paz se revezem no exercício de sua liderança militar. No caso da MINUSTAH, a prerrogativa do Brasil decorreu de negociações político-diplomáticas e do reconhecimento, por parte do Secretariado das Nações Unidas e de relevantes estados membros da organização, que a liderança brasileira contribuiria de forma significativa para o processo de paz haitiano. Com isso, o Brasil, por meio dos *Force Commanders*, influenciou significativamente no cumprimento do mandato e na estratégia da missão de paz.

O engajamento na MINUSTAH de um grande número de tropas latino-americanas também singularizou essa missão. Isso facilitou muito as interações entre o *Force Commander* e seus comandantes subordinados e entre o estado-maior da Força de Paz e os estados-maiores das unidades, além de ter influenciado positivamente o trabalho coordenado entre os batalhões e as companhias de infantaria.

Por fim, deve-se mencionar que, no Haiti, as operações contra elementos adversos ocorreram quase que exclusivamente em ambiente urbano, onde as gangues de criminosos eram verdadeiras “guerrilhas” em fase avançada de atuação. Assim, depois de as operações nos primeiros anos da missão terem assumido características de verdadeiros combates em localidade, as ações passaram a se assemelhar a operações tipo polícia, nas quais foi sendo dado à Polícia Nacional do Haiti (PNH) papel cada vez mais relevante. Essa foi uma estratégia de

“empoderar” e conferir à polícia haitiana, gradativamente, responsabilidade crescente pela segurança pública em seu próprio país.

Nesse artigo, proponho relatar brevemente impressões pessoais e experiências colhidas nos níveis estratégico (QG da ONU) e operacional (QG do componente militar) sobre a participação militar brasileira na pacificação do Haiti.

A MINUSTAH ANTES DE MEU ENVOLVIMENTO COM A MISSÃO

De meados de 2005 ao início de 2008, depois de um período inicial de ajustamento ao novo ambiente operacional, a Força de Paz da ONU realizou diversas operações a fim de retomar, para o Estado haitiano, áreas que estavam sob controle de gangues de criminosos, particularmente em Porto Príncipe. Tais áreas vieram a ser controladas à custa de intensos combates, nos quais as tropas brasileiras tiveram papel de destaque. A ocupação pela Força de Paz de pontos fortes selecionados, com dominância de vistas e fogos sobre a área circundante, como o Forte Nacional, em *Bel Air*, a “Casa Azul” ou Ponto Forte 22, em *Cité Soleil*, e outros mais, foi um procedimento tático importante para a pacificação das áreas críticas. Além disso, a mudança do conceito operacional inicial, que dividia Porto Príncipe em setores, para o de subordinar os batalhões de infantaria diretamente ao *Force Commander* levou a uma maior agilidade na execução das operações e permitiu o reajustamento das áreas de responsabilidade. Com isso, as áreas conflagradas foram retiradas de tropas que vinham apresentando baixo rendimento e entregues a unidades eficientes. Tal modificação permitiu, por exemplo, que o Batalhão Brasileiro de Força de Paz (*Brazilian Battalion - BRABAT*, sigla em inglês) passasse a atuar em *Cité Soleil* e lograsse, finalmente, a pacificação dessa área.

Em abril de 2008, o Haiti foi afetado por uma série de protestos extremamente violentos, causados pela chamada *La Vie Chère*, isto é, pelo aumento substancial do custo de vida. Os motins, ataques ao governo e quebra-quebras causaram mortes, centenas de feridos, saques generalizados e grande destruição, levando

à queda do primeiro-ministro haitiano. Esse mesmo ano traria ainda outras tragédias para o país, como os sucessivos impactos de três furacões (*Gustav, Hannah e Ike*) sobre a ilha, que afetaram cerca de um milhão de pessoas e deixaram mais de mil mortos.

Em maio de 2008 iniciei, no nível estratégico, meu trabalho com a *MINUSTAH*, por ter assumido no QG da ONU, como coronel, a função de Oficial de Ligação do escritório de assuntos militares junto à divisão da Europa e América Latina do escritório de assuntos políticos do *DPKO*. A próxima missão que me permitiria acompanhar a presença militar brasileira no Haiti seria no teatro de operações, como *Force Commander*, a qual desempenhei por um ano, a partir de março de 2012.

O COMPONENTE MILITAR DA MINUSTAH E A CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA VISTOS DO DPKO

A partir do final de 2008, fruto das intensas operações de combate realizadas e da neutralização e prisão de um grande número de criminosos, os confrontos sustentados com bandos armados deram lugar a enfrentamentos mais esporádicos que, via de regra, terminavam com a prisão ou fuga dos criminosos. Além disso, a PNH, já melhor estruturada e com efetivo crescente, passou a ser empregada cada vez mais nas operações de segurança, em conjunto com os componentes militar e policial da *MINUSTAH*.

Trabalho conjunto entre o Componente Militar, o Componente Policial e a PNH

Nessas operações conjuntas, a PNH era orientada pelos oficiais da Polícia da ONU (*United Nations Police – UNPOL*, sigla em inglês). Para coordenar e regular as ações, o componente militar propôs e o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU (*Special Representative of the Secretary General – SRSG*, sigla em inglês) aprovou, em setembro de 2009, Normas Gerais de Ação (NGA), destinadas a estabelecer as bases da atuação conjunta da PNH, das Unidades de Polícia Formada da ONU (*Formed Police Units – FPU*) e do componente militar. Essas NGA para o trabalho integrado,

denominadas em inglês de *Integrated Military / Police Standard Operating Procedures (iSOP)*, prescreviam:

- A responsabilidade das polícias do Haiti e da ONU de se engajarem, nessa sequência, para dar resposta a incidentes de segurança pública (primeiro e segundo níveis de resposta, respectivamente).

- A intervenção do componente militar como último nível de resposta, a ser aplicado caso os elementos policiais não lograssem resolver o problema.

- A atuação da PNH, da *UNPOL* e do Componente Militar com base na coordenação de ações.

- Protocolos para a definição da responsabilidade de comando e controle para incidentes em que mais de um elemento se engajavam. Via de regra, tropas militares evitavam se engajar em incidentes sob controle da PNH ou da *UNPOL*, somente o fazendo mediante ordem superior ou a pedido dos elementos policiais. Por outro lado, quando o comandante militar presente no local engajava sua tropa, ele assumia o comando e o controle da ação, inclusive com autoridade sobre os efetivos policiais.

- Caso estivesse no controle de um incidente, o comandante militar passava a responsabilidade pela ação ao elemento policial assim que este chegasse ao local, mantendo então sua tropa em condições de voltar a atuar, se fosse o caso.

As NGA de trabalho integrado tiveram efeitos muito positivos e foi um dos fatores de êxito da *MINUSTAH*, constituindo-se em experiência que pode ser aplicada a situações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Brasil, quando não ocorrer a subordinação dos efetivos policiais ao comandante militar durante toda a operação.

O TERREMOTO E SEUS ENSINAMENTOS

Apesar de todas as dificuldades, o Haiti registrava um discreto crescimento no final de 2009 e o *DPKO* já preparava planos para a redução gradativa e sustentada do componente militar, quando o terremoto de 12 de janeiro de 2010, se abateu sobre o país. O número de mortos atingiu 200 mil pessoas (mais do que a soma das fatalidades causadas pelas duas bombas atômicas lançadas sobre o Japão durante a Segunda Guerra Mundial). Milhares de moradias e boa parte da infra-estrutura do país foi destruída ou seriamente danificada.

O ambiente de segurança deteriorou-se de forma significativa, não só porque efetivos da PNH foram vitimados pelo terremoto ou por criminosos que escaparam das prisões, mas

O ambiente de segurança deteriorou-se de forma significativa, não só porque efetivos da Polícia Nacional do Haiti foram vitimados pelo terremoto ou por criminosos que escaparam das prisões, mas principalmente pelo surgimento de imensos campos de desabrigados.

principalmente pelo surgimento de imensos campos de desabrigados. Como uma das primeiras medidas de resposta, o Secretário-Geral propôs e o CS/ONU acatou o aumento dos efetivos dos componentes militar e policial da *MINUSTAH* em 2 mil e 1,5 mil indivíduos, respectivamente. O controle e a manutenção da segurança nos campos de desabrigados e a intensificação do pa-

trulhamento e do policiamento na semi devastada cidade de Porto Príncipe e outras pelo país passaram a ser importantes tarefas a cumprir, assumidas particularmente pelo componente militar. De forma providencial, quatro novas companhias de engenharia somaram-se às duas subunidades originais para remover escombros, reparar estradas e pontes, apoiar o reparo e a reconstrução de escolas, hospitais e até moradias.

É importante destacar que, após o terremoto e a consequente crise humanitária que se seguiu, a impressão que o Brasil e suas Forças Armadas tinham no âmbito do Secretariado da ONU melhorou ainda mais. Entre os fatos que contribuíram para isso, merecem ser destacados:

- a contribuição do *BRABAT* para trazer

ao grupo de gerenciamento de crise formado no QG da ONU as primeiras informações sobre o estado da missão de paz e do Haiti. Logo após o terremoto, em decorrência do desabamento do QG da MINUSTAH e do colapso no sistema local de comunicações, as ligações via telefone foram interrompidas. Durante as primeiras horas da crise, a única fonte de informação confiável sobre a situação no terreno foi o BRABAT, cujo centro de comunicações foi conectado com a sala de controle do grupo de gerenciamento de crise, no qual tinham assento o Chefe do DPKO, o Chefe do Departamento de Apoio ao Campo (*Department of Field Support* – DFS, sigla em inglês), o Conselheiro Militar do DPKO e outras autoridades do Secretariado;

- o apoio consistente e imediato do BRABAT às atividades de busca e salvamento, ao atendimento de feridos e à manutenção da segurança na capital haitiana;

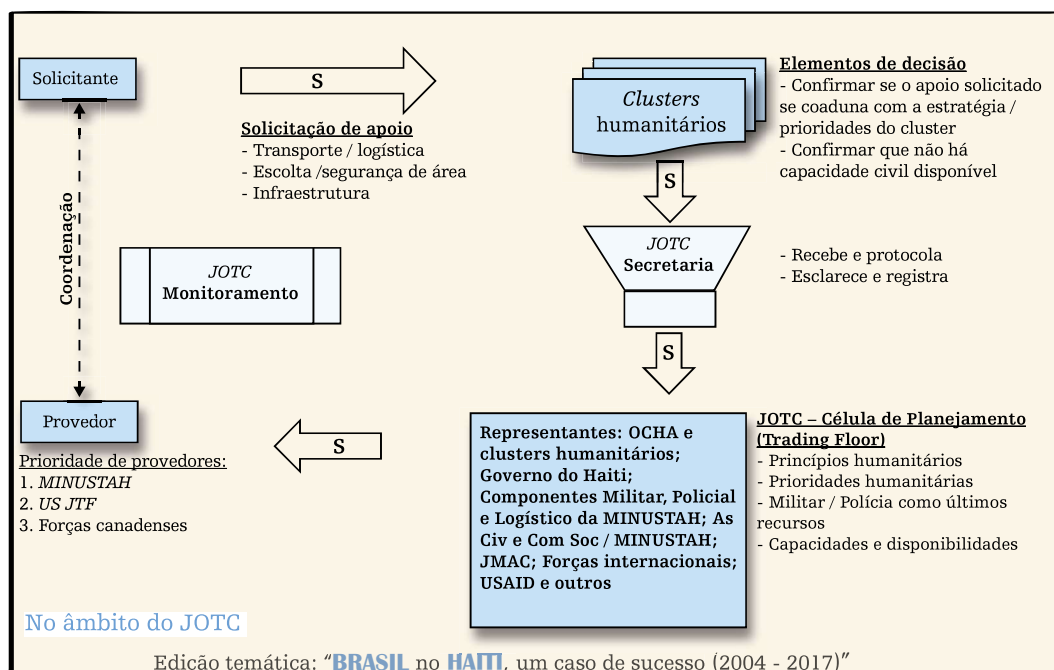
- o envio por parte do governo brasileiro, em prazo muito curto, de mais um batalhão de infantaria de força de paz ao Haiti.

O Secretariado e o sistema ONU reagiram muito rápido à catástrofe. Dois grupos de gerenciamento de crise foram imediatamente estabelecidos, um no QG da ONU (nível estratégico) e outro na MINUSTAH, denominado Comitê de Gerenciamento de Operações de Emergência (*Emergency Operations Management Committee* – EOMC). Um novo QG de missão foi ativado na Base Logística da ONU e uma nova equipe de liderança foi despachada para o Haiti, a fim de substituir o SRSG, o Deputy SRSG (o brasileiro Luiz Carlos da Costa) e os chefes de componentes civis que haviam sido vitimados pelo terremoto.

Com a chegada ao Haiti de dezenas de agentes e organizações humanitárias de vários países, a demanda sobre a MINUSTAH para apoiar seu trabalho, aumentou enormemente e tornou-se caótica. Foi então ativado, no dia 23 de

janeiro, o Centro de Operações Conjuntas e Distribuição de Tarefas (*Joint Operations and Tasking Centre* – JOTC, sigla em inglês), que veio a se constituir em um órgão fundamental para organizar o apoio aos agentes humanitários e auxiliar o país na resposta ao terremoto.

O estabelecimento do JOTC foi acordado entre a MINUSTAH, o Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários (*Office for the Coordination of Humanitarian Affairs* – OCHA, sigla em inglês) e as agências, fundos e programas da ONU envolvidas na ajuda humanitária (Programa Mundial da Alimentação, Organização Mundial da Saúde, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e outros). O Centro foi composto por representantes dos componentes militar, policial, logístico, de segurança e de assuntos civis da MINUSTAH; por representantes das forças internacionais de apoio (força tarefa conjunta norte-americana e a força tarefa canadense) e por integrantes do OCHA e das agências líder dos diferentes “clusters” humanitários [1]. Sua missão principal era centralizar o planejamento do apoio à ajuda humanitária e otimizar tais operações. Para tanto, considerava as demandas e os provedores existentes, planejando e distribuindo as tarefas de forma a lograr o uso mais racional possível dos meios disponíveis. Os esquemas a seguir indicam a dinâmica de trabalho e o tratamento dos pedidos de apoio no âmbito do JOTC.



JOTC: Processamento de pedidos e notificações de atendimento

1. Recebimento do pedido

Agência / organização submete pedido (assinado pelo líder do *cluster*) à Secretaria do JOTC

RECEBIDO

2. Alocação do apoio

JOTC passa em revista os pedidos na reunião diária de planejamento

Provedor informa a possibilidade inicial de atender ao pedido

Tarefa não pode ser acatada por nenhum provedor

DECLINADO

PENDENTE

Secretaria do JOTC notifica a agência que solicita apoio da impossibilidade de atendimento

JOTC acompanha o assunto com o provedor para confirmar a aceitação da tarefa de apoio

CONFIRMADO

DECLINADO

Secretaria do JOTC notifica a agência que solicita apoio da impossibilidade do atendimento

Se for o caso, o JOTC reavalia, na próxima reunião de planejamento, a capacidade de apoio

3. Execução do apoio

Provedor reúne-se com a agência que pede apoio para finalizar detalhes da atividade

Provedor e agência conduzem a atividade, monitorados pelo JOTC

COMPLETADO

JOTC avalia os resultados com o provedor e a agência solicitante



TREINAMENTO: COESÃO E EFICIÊNCIA PARA A TROPA

O terremoto de 12 de janeiro de 2010 impôs aos militares brasileiros do 11º Contingente, em questão de segundos, um afastamento brutal da rotina a que tinham se acostumado, após seis meses de trabalho no Haiti [2]. A tropa foi imersa, repentinamente e de forma absolutamente imprevista, em um ambiente de enorme tensão, marcado pelo desespero da população e pela necessidade urgente de apoiar no atendimento a feridos, no resgate de pessoas soterradas, inclusive integrantes da *MINUSTAH*, e nas ações de ajuda humanitária. Nesse contexto, quando se analisa o comportamento do 11º Contingente diante do aumento exponencial de demandas, inclusive sob a pressão psicológica decorrente do desaparecimento e, depois, das progressivas confirmações das treze baixas que teve entre seus integrantes [3], verificou-se

que a reação da tropa foi extremamente positiva. Além da liderança segura, a coesão teve, sem dúvida, um papel importante para sustentar os militares.

A constituição de unidades de força de paz com base no voluntariado é desejável, pois aumenta a motivação da tropa. Por outro lado, não é viável “fechar” quartéis para enviar batalhões constituídos para o exterior. Por isso, o Exército Brasileiro tem adotado o procedimento de reunir tropas de diferentes organizações militares para formar os batalhões e as companhias destinadas às missões de paz. Entretanto, embora essa sistemática ofereça muitas vantagens, ela pode gerar tropas com motivação deficiente se não houver um cuidado especial para fomentar a coesão durante a fase de preparação.

O *BRABAT/11*, aqui tomado como exemplo, foi composto com base nos efetivos da 2ª Divisão de Exército, sendo integrado

por militares de unidades localizadas em Caçapava, Pirassununga, Campinas, São Vicente, Osasco, Lins, Lorena, Valença e outras guarnições. Embora as companhias tenham sido organizadas procurando-se agrupar pelotões oriundos das mesmas unidades, o nível inicial de coesão nas subunidades era precário. Para se ter uma ideia, dos quatro pelotões da 1ª Companhia de Fuzileiros, cada um era originário de uma cidade diferente (Osasco, Lorena, Caçapava e um pelotão do Exército paraguaio, convidado a integrar o *BRABAT*). Na 3ª Companhia de Fuzileiros, o nível de integração não era muito melhor, pois dois de seus quatro pelotões eram oriundos de Lins e os outros dois, de São Vicente. Na Companhia de Comando e Apoio, apenas 5% dos homens se conheciam quando iniciaram o treinamento para a missão. Todavia, o excepcional desempenho do *BRABAT/11* nas ações pós-terremoto, indicou que o período de treinamento a que a unidade foi submetida e a ação dos líderes nos diversos níveis foram suficientes para desenvolver um nível adequado de coesão, tanto nas companhias, quanto no batalhão como um todo.

A instrução inicial nas unidades de origem dos militares começou esse processo, que foi intensificado na fase final do treinamento, com a concentração do batalhão em uma mesma área de instrução. Segundo o Comandante do Batalhão, no final do preparo, encerrado com dois exercícios de longa duração, a coesão já havia atingido um nível muito bom nos pelotões e nas companhias.

No Haiti o desenvolvimento desse sentimento se acelerou. Para o Comandante do *BRABAT/11*, a coesão da tropa foi um fator primordial para que a unidade pudesse responder de forma eficiente à variada gama de missões recebidas em decorrência da catástrofe [4].

Ironicamente e a alguns poucos meses depois da ocorrência do terremoto, exatamente quando já se verificava com certo alívio que o país havia resistido, política e socialmente, aos impactos dessa catástrofe, eclodiu no Haiti um surto de cólera devastador, que matou mais de nove mil pessoas e infectou dezenas de milhares de haitianos nos anos seguintes.

Adicionalmente, ficou bem claro que as operações frequentes contra criminosos, aliadas a procedimentos adequados da tropa – dura no trato com os bandidos; amena e atenciosa com a população –, asseguravam a manutenção do controle das áreas críticas e o estrangulamento do crime.

A Força de Paz engajou-se progressivamente nas ações para conter a epidemia. Além de assistir a população, inclusive com o emprego de suas próprias capacidades médicas, as unidades tiveram que lidar com episódios de violência contra a *MINUSTAH*, uma vez que o batalhão nepalês sediado

em *Mirebalais*, na zona central do Haiti, fora acusado de ter introduzido a doença no país.

O COMPONENTE MILITAR DA MINUSTAH E OS PEACEKEEPERS BRASILEIROS VISTOS PELO FORCE COMMANDER

Eu cheguei ao Haiti no final de março de 2012 para assumir o comando de 7.340 homens e mulheres integrantes do componente militar da *MINUSTAH*. Nessa época, a Força da ONU era composta por oito batalhões e duas companhias autônomas de infantaria, seis companhias de engenharia,

dois destacamentos de aviação (asa rotativa), uma unidade de patrulhamento marítimo, um hospital de campanha e diversas outras tropas de apoio, de 19 nacionalidades diferentes. Dois *BRABAT* compostos por 850 militares cada e uma Companhia de Engenharia de Força de Paz (*Brazilian Engineering Company – BRAENGCOY*, sigla em inglês) com 250 militares constituíram o contingente brasileiro.

O foco da missão do componente militar variou ao longo das diferentes fases da *MINUSTAH* (expansão - estabilização - consolidação - redução/retirada). No meu período de comando, ocorrido na transição da fase de estabilização para a de consolidação, as tarefas mais importantes foram manter o controle das áreas tomadas das gangues, particularmente em *Carrefour*, *Martissant*, *Bel Air*, *Cité Militaire* e *Cité Soleil*; proteger pessoas sob risco de violência física, em especial nos campos de desabrigados; e garantir um ambiente seguro e estável no país. A tarefa de apoio à ajuda humanitária também foi relevante, quando dois violentos furacões atingiram a Ilha de *Hispaniola*.

Nessa ocasião, a “resposta à crise” e a “recuperação”, etapas iniciais da estratégia da ONU para lidar com os efeitos do terremoto, já haviam sido concluídas. Viviam-se, em seus momentos finais, a terceira e última etapa - a “normalização”.

OPERAÇÕES CONJUNTAS CONTRA CRIMINOSOS E GANGUES ARMADAS

No meu período de comando, o componente militar da *MINUSTAH* realizou 35 operações contra gangues e criminosos, todas elas em conjunto a PNH e assistidas pelo componente policial da ONU (*UNPOL* e *FPUs*). Essas operações conjuntas, que primaram pelo planejamento prévio e pelo uso intensivo de inteligência, eram bem coordenadas e, via de regra, levavam à apreensão de bandidos e armas. Em geral, a tática constava do provimento pelas unidades militares de segurança afastada para que a PNH, acompanhada pela *UNPOL*, realizasse

a busca e apreensão. Em alguns casos, mediante solicitação da PNH, devido ao maior risco da operação, unidades militares participavam também da busca e apreensão.

Minha diretriz para o estado-maior foi de planejar ações com participação significativa da PNH, em detrimento de operações com grandes efetivos de tropas. Desse modo, a maioria das operações foram conduzidas somente com as tropas sediadas na área, raramente envolvendo a reserva do componente militar ou a mobilização de unidades de outras regiões do país. A estratégia de encarregar ao máximo a PNH com os assuntos de segurança e ordem pública, iniciada alguns anos antes, foi enfatizada. Essa abordagem se baseava na lógica de que a violência no Haiti era caracteristicamente de natureza criminal e a PNH já estava em condições de assumir o protagonismo naquilo que é sua atividade fim. Com isso, abria-se caminho para a gradual redução do componente militar.

O conceito de restringir o emprego direto do componente militar em tarefas de segurança pública que estavam à altura da polícia foi fundamental para preservar o senso de responsabilidade funcional da PNH e manter a autoestima de seus quadros. Adicionalmente, ficou bem claro que as operações frequentes contra criminosos, aliadas a procedimentos adequados da tropa – dura no trato com os bandidos; amena e atenciosa com a população –, asseguravam a manutenção do controle das áreas críticas e o estrangulamento do crime.

A CRISE DOS PARAMILITARES E AS INJUNÇÕES DO USO DA FORÇA

Um caso muito especial, que mostra a importância da sensibilidade política e do *timing* estratégico para conduzir as tarefas do mandato, ocorreu com o ressurgimento no cenário haitiano, dos antigos membros das Forças Armadas do Haiti (FAdH).

Durante a campanha eleitoral de 2011, o então candidato a presidente, Michel Martelly, fez votos de reestabelecer as FAdH, dissolvidas em 1995 pelo presidente



Aristide, mas cuja existência continuava prevista na Constituição do país. Uma vez eleito, Martelly manteve a promessa, embora não chegasse a indicar como viria a cumpri-la. Isso suscitou um “levante branco” dos ex-integrantes das FAdH, que retornaram para antigos quartéis, alguns a essa altura funcionando como prédios públicos, e passaram a recrutar jovens haitianos para instruí-los em técnicas militares, como ordem unida e maneabilidade. Diferente do problema que haviam causado em 2005, motivado por reclamação de salários atrasados e pensões, dessa vez os ex-militares sentiam-se amparados pela promessa presidencial. Diante das passeatas do grupo pelas ruas de Porto Príncipe e de outras cidades, Martelly adotou uma postura dúbia, sem condenar abertamente os paramilitares e os congressistas hesitavam sobre a posição a tomar. Por outro lado, a direção e os integrantes da PNH,

muito deles antigos militares, indicavam claramente que não estavam dispostos a tomar qualquer atitude.

Os paramilitares apresentavam-se ostensivamente como o legítimo exército da nação, adotando um discurso claramente hostil à MINUSTAH, e contavam com apoio popular, embora fosse difícil aquilatar exatamente em que grau. Parecia claro, de qualquer modo, que a intervenção isolada da MINUSTAH poderia levar ao agravamento da situação, ao invés de atenuá-la. Por causa disso, ao assumir o comando, fui orientado pelo SRSG a evitar a confrontação, já que a diretriz do DPKO era de que o problema fosse deixado para o governo haitiano.

Não obstante, determinei ao meu estado-maior que planejasse uma operação em duas fases: primeiramente para negar liberdade de ação ao movimento e, depois, para neutralizá-lo. Duas hipóteses

deveriam ser consideradas: a primeira, que a “situação se tornara insustentável e o SRSB determinaria o emprego da força contra os paramilitares, com o apoio da PNH”. A segunda hipótese, mais grave por expor mais a MINUSTAH naquele contexto sensível, era de que “a força fosse empregada sem o apoio da PNH”. A primeira fase da operação destinava-se a restringir a liberdade dos paramilitares, por meio do estabelecimento de *checkpoints* para prender indivíduos armados ou suspeitos de ações criminosas. Essa fase permitiria à MINUSTAH avaliar a reação da população e da mídia local e, por colocar os paramilitares sob pressão, daria ao governo do Haiti, melhores condições para negociar uma solução para a crise. A segunda fase seria uma ação em força para desalojar os paramilitares de suas bases e prender os indivíduos que se negassem a se render ou depor as armas.

A oportunidade para o lançamento da denominada Operação *Sunrise* foi oferecida pelos próprios paramilitares, que ao se reunirem em frente ao Parlamento Nacional no dia 17 de abril para exigirem seu reconhecimento como embrião do novo Exército, estando alguns deles armados com pistolas, foram severamente criticados pela imprensa e perderam a legitimidade em suas ações. O SRSB obteve a concordância do Presidente do Haiti para a ação em força da MINUSTAH e, no dia 6 de maio, o componente militar iniciou, conjuntamente com a UNPOL e a PNH, a primeira fase da operação, que obteve êxito imediato: os paramilitares pararam de circular e restringiram sua presença a suas bases. Alguns membros da facção que portavam armas de fogo foram apreendidos e entregues à PNH. Ademais, ficou patente que seu apoio por parte da população tornara-se bastante limitado.

No dia 19 de maio, feriado do Dia da Bandeira no Haiti, os paramilitares e seus apoiadores promoveram grandes demonstrações em Porto Príncipe e em *Cap Haitien*. Na capital, várias colunas de

manifestantes se dirigiram ao Campo de Marte para pressionar o governo a restabelecer as Forças Armadas. Nessa ocasião, a intervenção do BRABAT/16-2 em Porto Príncipe e do batalhão de infantaria chileno em *Cap Haitien* foram decisivas para a manutenção da ordem.

As manifestações do Dia da Bandeira precipitaram a reação da PNH, que deu início a ações para desocupar as bases paramilitares. Embora essa tenha sido uma ação intempestiva e sem planejamento, determinei às unidades subordinadas que apoiassem a polícia nacional no sentido de garantir a segurança externa para sua atuação nos objetivos e, assim, ampliassem a demonstração de força. Essa ação conjunta logrou desocupar as bases e realizar apreensões de indivíduos e algumas armas, inclusive simulacros de fuzis.

A solução dada à crise dos paramilitares foi muito elogiada no QG da MINUSTAH, e trouxe como ensinamentos, a constatação de que, apesar de a missão ter sido baseada no Capítulo VII e as capacidades militar e policial da ONU sobrepujarem amplamente os meios do oponente, o uso da força foi ponderado à luz de custos e benefícios para o processo de paz e ser conduzido em *timing* adequado à situação [5].

ATUAÇÃO NA PASSAGEM DE TEMPESTADES E FURACÕES

Ao longo de 2012, o componente militar apoiou a população haitiana e as agências humanitárias durante a passagem pelo país de dois furacões que causaram danos significativos: *Isaac* e *Sandy*. Nesses casos, seis destacamentos de engenharia de pronto emprego (*ready duty engineer unit* – RDEU), constituídos em cada uma das Companhias de Engenharia de Força de Paz, foram posicionados antes da chegada das tormentas, nas áreas de sua passagem, previamente conhecidas graças ao Serviço Meteorológico dos EUA.

Para o Furacão *Isaac*, cuja previsão de intensidade ao passar pelo Haiti era muito preocupante, todos os RDEU foram

desdobrados no dia 23 de agosto, dois dias antes da chegada da intempérie. Como preparativos, as companhias de engenharia e os *RDEU* foram encarregados de prover sacos de areia para a *MINUSTAH*, preparar diques em áreas críticas e limpar canais para atenuar inundações. Depois do furacão, a tropa realizou reconhecimentos para levantamento dos danos causados; executou a remoção de lixo, entulhos e árvores caídas; abriu canais para drenar áreas inundadas; além de apoiar o estabelecimento de áreas para desabrigados.

Em outubro, foi a vez da tempestade tropical *Sandy* trazer deslizamentos de terra, destruição de moradias, enchentes generalizadas e destruição de plantações e colheitas. Seguindo a mesma prática bem sucedida, os *RDEUs* foram desdobrados para realizar ações mitigadoras e fornecer apoio imediato à população.

O desdobramento antecipado da engenharia mostrou-se extremamente útil no Haiti e aparece como um procedimento adequado no caso de intempéries com razoável condição de previsibilidade em termos de intensidade e de local ou rota de ocorrência.

RAZÕES DO SUCESSO BRASILEIRO E LIÇÕES APRENDIDAS

Os treze anos de participação militar brasileira no processo de paz haitiano trouxeram grandes dividendos e ricas experiências nos campos do preparo da tropa para missão de paz, da doutrina de emprego, das soluções logísticas e de vários outros. Neste breve artigo, procurei apontar os aspectos que pude verificar no desempenho de cargos na ONU que me colocaram em contato com a *MINUSTAH* e a tropa brasileira.

Entre as razões que levaram as tropas brasileiras a cumprirem suas tarefas sempre com elevada eficiência, posso destacar:

- esmerado treinamento;
- judiciosa aplicação das regras de engajamento;
- liderança eficiente e desenvolvimento da coesão, o que motiva a tropa para o cumprimento de tarefas com nível de risco elevado;
- logística de elevado nível, excedendo os requisitos definidos pela ONU em proveito do conforto da tropa e do cumprimento da missão nas melhores condições possíveis;
- exigência de um elevado nível de disciplina e proibição de confraternização com a população local; e
- orientação para o exercício da empatia no trato com a população em situações de serviço.

O contexto das missões de paz vem evoluindo de forma significativa. É cada vez mais comum a realização de operações em ambientes onde existam grupos armados que, por não terem aderido ao processo de paz ou dele terem se afastado, seguem praticando ações violentas. Nessas situações, as tarefas de dissuadir ou conter a violência armada e de proteger a população civil, tornam-se críticas. Algumas das capacidades e habilidades requeridas nessa nova geração de missões de paz foram exercitadas com maestria no Haiti e constituem um avanço para as Forças Armadas Brasileiras, como a busca de elevada consciência situacional, o uso de uma inteligência bem estruturada, além da adoção de procedimentos e equipamentos voltados para a proteção da Força.

As próximas contribuições do Brasil para a paz mundial podem vir a incluir desafios ainda maiores do que os apresentados pelo caso haitiano, mas a experiência e os conhecimentos acumulados na *MINUSTAH* constituem-se, inequivocamente, um passaporte seguro para novos sucessos.

REFERÊNCIAS

- BERNARDES, J. B. **Coronel João Batista Carvalho Bernardes: depoimento** [nov. 2009]. Entrevistador: F. R. Goulart. New York: ONU, 2009.
- GOULART, Fernando. **Ação sob Fogo! Fundamentos da motivação para o combate**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2012.
- GOULART, Fernando. **MINUSTAH Force Commander's End of Assignment Report (MINUSTAH FC - EOAR)**. Relatório apresentado ao DPKO por término de missão na MINUSTAH (Haiti). Nova Iorque: 2013.
- KAWAGUTI, Luis. **A República Negra: histórias de um repórter sobre as tropas brasileiras no Haiti**. São Paulo: Globo, 2006.
- UNITED NATIONS ORGANIZATION, MINUSTAH. **Integrated MILITARY/ POLICE Standard Operating Procedures (iSOP)**. Porto Príncipe, 2009.

NOTAS

- [1] O trabalho em *clusters*, ou em grupos de agências afins, é procedimento preconizado pelas Nações Unidas para atuação humanitária em grandes catástrofes. Desse modo, uma agência líder em cada setor (água e alimentos, saúde e medicamentos, abrigos e materiais para construção etc), geralmente pertencente ao sistema ONU, encarrega-se de organizar o apoio, gerenciando o levantamento de necessidades e a distribuição de tarefas entre os integrantes do cluster.
- [2] O 11º Contingente estava prestes a retornar ao Brasil para o rodízio de tropas quando ocorreu o terremoto no Haiti.
- [3] Embora as tropas brasileiras estivessem seguras nas instalações pré-fabricadas do tipo “Corimec” do Campo Charlie, os militares desdobrados no Forte Nacional e na “Casa Azul”, que eram construções de alvenaria, não tiveram a mesma sorte.
- [4] Entrevista concedida pelo Gen Bda Bernardes para o livro “Ação sob Fogo: fundamentos da motivação para o combate” (BIBLIX). Nessa publicação, as considerações sobre a liderança e a coesão das tropas brasileiras na MINUSTAH são abordadas com maior profundidade.
- [5] A atuação decisiva da PNH na crise dos paramilitares foi um trunfo que motivou os policiais e projetou uma imagem positiva da corporação perante a população e a mídia haitianas. Posteriormente, as ações tomadas pelo Governo para o pagamento de pensões devidas e para buscar formas de recriar as FAdH esvaziaram definitivamente o movimento paramilitar.

